

**SEVEN**

EDITORA  
2025

# ENTRE BARRACAS E PAISAGENS

**A Feira Livre como lugar  
de identidade, resistência  
e cultura popular**

**CHARLENE APARECIDA DA SILVA, VICTOR DE SOUZA SILVEIRA**

**EDITORA CHEFE**

Prof<sup>o</sup> Me. Isabele de Souza Carvalho

**EDITOR EXECUTIVO**

Nathan Albano Valente

**AUTORES DO LIVRO**

Charlene Aparecida da Silva

Victor de Souza Silveira

2025 by Seven Editora

Copyright © Seven Editora

Copyright do Texto © 2025 Os Autores

Copyright da Edição © 2025 Seven Editora

**PRODUÇÃO EDITORIAL**

Seven Publicações Ltda

**EDIÇÃO DE ARTE**

Evellyn Thais de Souza

**EDIÇÃO DE TEXTO**

Natan Bones Petitemberte

**BIBLIOTECÁRIA**

Bruna Heller

**IMAGENS DE CAPA**

Evellyn Thais de Souza

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.

Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

S586e

Silva, Charlene Aparecida da.

Entre Barracas e Paisagens [recurso eletrônico] : A Feira Livre como Lugar de Identidade, Resistência e Cultura Popular / Charlene Aparecida da Silva, Victor de Souza Silveira. – São José dos Pinhais, PR: Editora Seven, 2025.

Dados eletrônicos (1 PDF).

ISBN 978-65-6109-175-6

1. Feiras. 2. Cultura. 3. Identidade. 4. Resistência. 5. Cultura popular. I. Silveira, Victor de Souza. II. Título.

CDU 008(061.4)

**Bruna Heller** - Bibliotecária - CRB10/2348

**Índices para catálogo sistemático:**

CDU: Cultura 008

CDU: Feiras (061.4)

**DOI: 10.56238/livrosindi202541-001**

**Seven Publicações Ltda**  
CNPJ: 43.789.355/0001-14  
editora@sevenevents.com.br  
São José dos Pinhais/PR

Aos nossos filhos, Miguel Francisco e Clarisse, que me nos ensinam, todos os dias, sobre a beleza do pertencimento, a força da memória e a importância de resistir com afeto.

## AUTORES DO LIVRO

### **Charlene Aparecida da Silva**

Mãe de Miguel Francisco e Clarisse, servidora pública e técnica em educação na Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde atua na Diretoria de Material. É graduada em Administração de Empresas pela UFV e em Ciências Contábeis pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Possui especialização em Gestão Pública pela Escola de Educação Avançada (EVATA) e é mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7363-4971>

E-mail: [charleneapsilva@gmail.com](mailto:charleneapsilva@gmail.com)

### **Victor de Souza Silveira**

Pai de Miguel Francisco e Clarisse, servidor público e técnico em educação na Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde atua na Divisão de Extensão. É graduado em gestão de cooperativas pela UFV, graduando em Administração pela Universidade de Franca (UNIFRAN) e é mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4287-8460>

E-mail: [victordsss@gmail.com](mailto:victordsss@gmail.com)

## APRESENTAÇÃO

Este e-book propõe uma análise multidisciplinar sobre as feiras livres, compreendidas como espaços vivos de sociabilidade, memória e resistência cultural. A partir de um olhar geográfico, histórico e antropológico, a obra investiga as dimensões simbólicas, afetivas e territoriais das feiras. Estruturado em quatro capítulos, o livro discute a origem e a tradição das feiras no Brasil, suas paisagens e territorialidades, a feira enquanto lugar de pertencimento e os processos de construção de memória e identidade que nelas se manifestam. São mobilizados autores clássicos como Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Milton Santos e Yi-Fu Tuan, entre outros, articulando teoria e vivências locais. O trabalho evidencia que, mesmo diante dos avanços da urbanização e da globalização, as feiras permanecem como espaços de resistência popular, protagonizados por sujeitos que produzem sentidos, vínculos e narrativas em torno do espaço público. A feira livre, portanto, é aqui compreendida não apenas como prática comercial, mas como expressão da cultura popular, que transforma e é transformada pelas relações cotidianas.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>7</b>
<b>A ORIGEM DAS FEIRAS E SUA TRADIÇÃO NO BRASIL</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
<b>A TERRITORIALIDADE E AS PAISAGENS DAS FEIRAS LIVRES</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
<b>A FEIRA ENQUANTO LUGAR</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>23</b>
<b>MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA</b>	
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>26</b>

## A ORIGEM DAS FEIRAS E SUA TRADIÇÃO NO BRASIL

---

As feiras livres são atividades comerciais antigas e sua etimologia, conforme aborda Oswaldo Porteira<sup>1</sup>, remete para o termo latino “féria”, ou seja, “dia santo, feriado, dia de descanso” ou “dia de festa dedicado aos deuses”, momento em que os comerciantes vendiam seus produtos ou os excedentes de sua produção próximos ou no entorno das igrejas, instante em que as pessoas aproveitavam as festas religiosas para se reunirem e trocaram mercadorias. Por séculos, a religião andou ao lado do comércio. As pessoas se reuniam em lugares públicos, a fim de venderem suas mercadorias, e, a partir desse momento, o poder público interveio a fim de fiscalizar e cobrar os impostos. Embora seja uma prática social existente até os dias atuais, suas origens são incertas. Alguns estudos indicam a existências dessas atividades entre as civilizações mais antigas, como, por exemplo, as civilizações fenícia, grega, romana e árabe.

Uma das referências mais antigas acerca do surgimento da feira ou mercado é apresentada por Lewis Mumford<sup>2</sup>. Para o autor, as duas formas mais clássicas de mercado são a praça aberta ou bazar coberto e a rua de barracas ou de lojas, que remontam ao ano 2.000 a. C., mas pode ser que antecedam este período na forma mais antiga de supermercado, ou seja, o comércio dentro do recinto dos templos sagrados. Não há dúvida que o mercado surge para regular as trocas, tendo em vista o lucro monetário e acumulação de capital privado.

Na bíblia, livro sagrado dos cristãos, o evangelista João<sup>3</sup> faz referência a atividades típicas de feiras. Relatando a proximidade da Páscoa dos judeus e o caminho de Jesus para Jerusalém, João narra que Jesus encontrou vendedores de bois, ovelhas, pombas e cambistas sentados no Templo de Jerusalém. O evangelista cita elementos que nos levam ao entendimento de que uma feira ou atividade de mercado acontecia no Templo.

De acordo com Jacques Le Goff<sup>4</sup>, no século XII a Igreja Católica revelou-se pouco indulgente com os torneios, condenando as feiras como detestáveis e as chamando vulgarmente de torneios, pois

---

<sup>1</sup> PORTEILA, Oswaldo. Vocabulário etimológico básico do acadêmico de letras. Universidade Federal do Paraná. **Letras**, Curitiba, v. 33, 1984. p. 111. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/letras/article/download/19320/12605>. Acesso em: 09 out. 2020.

<sup>2</sup> MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução Neil R. da Silva, 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 86.

<sup>3</sup> BÍBLIA. Português. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. p. 1.386

<sup>4</sup> CARDINI, Franco. O Guerreiro e cavaleiro. In: LE GOFF, Jacques (org). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989. p. 71

nelas os cavaleiros se reuniam para exibir suas forças e sua impetuosa temeridade. A realização dos torneios data de Inocêncio II, no ano de 1130. Naquele período, a moda dos torneios (feiras) dos cavaleiros explodiu em todo Ocidente, na Terra Santa das Cruzadas e mesmo no mundo bizantino e islâmico. Assim, as primeiras cidades mercantis resultaram da transformação dessas aglomerações sem função urbana.

Com os burgos surgem as condições para a origem das feiras medievais, motivadas pela intensificação das atividades comerciais e pelo renascimento urbano a partir do século XII, e, posteriormente, pelo surgimento da burguesia e do crescimento demográfico. Neste contexto, as feiras ajudaram a promover transformações na economia, na vida social e na paisagem urbana. As feiras criadas pelos mercadores constituíram-se importantes entrepostos comerciais e centros de desenvolvimento urbano. Elas aconteciam principalmente nos burgos (núcleos populacionais que se localizavam ao redor dos castelos ou ainda uma cidade murada autogovernada), a partir dos quais ocorre a expansão dos núcleos urbanos, sendo necessário serem criados novos muros para acompanhar o crescimento e proteger as atividades comerciais ali presentes. No começo, as feiras medievais exerciam atividades comerciais locais, mas, com o tempo, ganharam uma dimensão geográfica mais ampla, recebendo e comercializando produtos de diferentes partes da Europa, da África e da Ásia.

Henri Pirenne<sup>5</sup>, por sua vez, apresenta o surgimento das feiras na segunda metade da Idade Média, como meio de prover recursos suplementares às cidades, atraindo a elas uma afluência momentânea. Para o autor, a feira não dependia de um lugar onde se estabelecer, pois ela era só um lugar de reuniões para uma clientela dispersa, e sua frequência não estava relacionada com a densidade da população.

De acordo com Henry Lefebvre, foi no final da Idade Média, no Ocidente Europeu, que a mercadoria, o mercado e os mercadores penetraram triunfalmente nas cidades, o que ocasionou uma mudança no espaço urbano. Com isso, “o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca”<sup>6</sup>. Para o autor, o espaço urbano não só projeta as relações sociais, mas também é um lugar onde as estratégias se confrontam e há apropriação por parte dos indivíduos como lugares de sociabilidade e de pertencimento. Le Goff<sup>7</sup> afirma que na Idade Média tanto o mercado quanto a feira ofereciam as mesmas oportunidades de trocas e de transformações.

---

<sup>5</sup> PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. 6ª ed. São Paulo: MestreJou, 1982. p. 102.

<sup>6</sup> LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999. p. 20.

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. **Por amor as cidades**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998. p.33.

Com a expansão marítima os séculos XV e XVI, a tradição das feiras foi levada para as colônias. No Brasil, é importante ressaltar, conforme analisa Luiz Mott<sup>8</sup>, que as trocas de mercadorias já ocorriam entre os nativos, porém, somente no período colonial nasceram as feiras, em razão do crescimento das cidades. Há registros de regimentos ordenando a criação de feiras semanais na América Portuguesa. Nesse sentido, a primeira referência de feira no Brasil data de 1548, quando o rei Dom João III ordenou: “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira [...]”<sup>9</sup>. Apesar da autorização dos monarcas, essas feiras parecem não terem se realizado, se desenvolvendo apenas no século XVII com a intensificação do comércio de gado. De acordo com Eduardo Pazerra<sup>10</sup>, à época existiam dois tipos de feiras – as “feiras de mercado”, como eram denominadas as feiras livres, que ocorriam aos sábados, destinadas a abastecer a população, e a “feira franca” ou “feira de gado”, destinada à comercialização de bens em geral, atraindo compradores de diferentes regiões. A partir do século XIX, as feiras livres estavam instaladas nas ruas, comercializando produtos básicos de alimentação à população de suas comunidades.

Hoje, do norte ao sul do país, podemos encontrar exemplos de feiras que marcam as cidades e refletem a identidade da região, como a Feira da cidade de Caruaru, em Pernambuco, e a Feira de Campina Grande, do Estado da Paraíba, registradas no livro de lugares do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

O segundo bem registrado no livro de lugares do IPHAN, em 2006, foi a Feira da cidade de Caruaru (PE), uma das maiores feiras do Brasil, cujas origens remetem aos primeiros tempos de ocupação da região, constituindo-se um polo de preservação da identidade e de resistências culturais. Os primórdios da feira de Caruaru remontam ao século XVIII, quando boiadeiros, tropeiros e mascates que percorriam o Estado de Pernambuco e pernoitavam na Fazenda Caruaru impulsionaram o surgimento de um comércio de itens e serviços ligados ao gado, o que viria a se transformar na feira. O comércio tomou uma dimensão tal que, no seu entorno, nasceu a cidade de Caruaru, a mais populosa do interior pernambucano, distante 130 quilômetros de Recife. Em dias mais movimentados, a feira chega a superar a faixa de circulação de mais de 100 mil pessoas.

---

<sup>8</sup> MOTT, L.R. de B. **A feira de Brejo Grande**: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Campinas: Campinas, 1975. p. 309

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> PAZERRA JR., Eduardo. **A feira de Itabaiana – PB**: Permanência e mudança. Dissertação de Doutorado. Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2003. p. 26

Em 1956, os versos do compositor carauense Onildo Almeida sintetizaram para os nordestinos o que representa a feira de Caruaru, uma autêntica realização popular: “a feira de Caruaru, faz gosto a gente vê. De tudo que há no mundo, nela tem pra vendê”<sup>11</sup>.

Em 1957, a canção “A feira de Caruaru” ganhou repercussão nacional na voz do inesquecível “Rei do Baião”, Luiz Gonzaga:

Em 1956, Luiz Gonzaga chegou a Caruaru para se apresentar na Rádio Difusora e escutou “A feira de Caruaru”. Com muito entusiasmo, pediu a Onildo para gravá-la, vendendo em 1957 mais de cem mil cópias. A Feira também se fortalecia, pois, as pessoas iam conferir os itens relacionados na música e reclamavam a ausência de alguns artigos. Com isso, Onildo compôs “A Feira de Caruaru 2”, gravada por Israel Filho, mas a primeira música permaneceu como o hino da feira e da própria cidade<sup>12</sup>.

Para o IPHAN<sup>13</sup>, a divulgação da música “A feira de Caruaru” ajudou a fortalecer a tradição da feira, que transcende as práticas comerciais e se revela como um lugar de memória, de difusão de saberes que continuam vivos no comércio de gado, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro e outros tantos saberes e fazeres, que sem a dinâmica e o mercado da feira teriam desaparecido.

Neste mesmo sentido se dá a feira de Campina Grande. A história dessa feira se confunde com o surgimento da cidade de Campina Grande, localizada no planalto do Borborema, região de transição entre a zona da mata e os sertões, e antiga passagem obrigatória de viajantes e tropeiros, hoje espaço de circulação de trabalhadores. Antes de tudo, a feira de Campina Grande sempre foi um lugar de resistência. Paralelo ao desenvolvimento econômico da cidade, ela transformou as práticas mercadológicas espalhando-se pelas ruas, modo incompatível com o discurso de conduta e de higiene das autoridades locais, elite e intelectuais. É possível notar nessas práticas de higienização da cidade algumas concepções sociais se referindo à feira como lugar perigoso. Giovanna Araújo, ao analisar as feiras do Brasil e de Portugal, aponta que:

[...] a feira é considerada espaço de ‘pobre e de sujeira’, o qual, desde sua formação, sempre foi visto como ‘[...] lugar de marginais, de prostitutas, de jogadores, saltimbancos, ladrões e mendigos’. Entretanto, contrariando essa concepção preconceituosa, nos dois lados do Atlântico, desde os primórdios, foi montada uma estrutura administrativa no entorno das feiras como forma de controle e lucro por parte do Estado, o que evidencia a importância que tais instituições sempre tiveram<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> ALMEIDA, Onildo. A feira de Caruaru. Intérprete: Luiz Gonzaga. 1957.

<sup>12</sup> IPHAN – **Do Dossiê de Registro:** Feira de Caruaru. Brasília: IPHAN, 2006. p. 42.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> ARAUJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização:** um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007). 2011. 700 f. Tese (Doutorado em Idade Contemporânea (UMINHO) e Doutorado em História Social (UFBA) – Regime de Co-tutela) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de História (Universidade do Minho) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Braga/Portugal, 2011. p.30.

Percebemos, assim, que apesar dessas representações negativas das feiras, elas sempre exerceram um papel fundamental tanto na consolidação das cidades, quanto na movimentação econômica, pois, de certa forma, atendiam aos interesses dos comerciantes, dos usuários dos serviços e do poder público que estabelecia suas normas para arrecadação.

Em Campina Grande houve a tentativa de retirar a feira do centro da cidade, mediante a justificativa de saneamento, higienização de espaços públicos e de combate a condutas como a prostituição. Porém, a feira realocada sempre produzia uma nova centralidade urbana. Para onde ia, acabava por transformar a paisagem local com suas barracas coloridas e mercadorias expostas.

Atualmente, de acordo com o IPHAN, a Feira de Campina Grande é uma das maiores e mais intensas praças comerciais ao ar livre no território brasileiro.

A feira de Campina Grande apresenta forte relação com o espaço urbano, estando no mesmo lugar há mais de sete décadas. Ela é distribuída em nove ruas paralelas e perpendiculares por lotes edificadas de baixa volumetria.

Neste trabalho, tratamos as feiras a partir da perspectiva que privilegia o campo de interações sociais, cujo interesse ultrapassa o vender e o comprar. O trabalho de Mott, por exemplo, prioriza essa visão etnográfica. Para ele, “estamos mais interessados em descobrir a relação que existe entre a morfologia da feira e os diversos tipos de interação social que aí se cristalizam”<sup>15</sup>. No meio dessas relações buscamos entender o que leva à permanência dessas feiras no tempo, apesar do desenvolvimento econômico e urbano das cidades, da modernidade e da globalização.

Ao abordar a história das trocas, Fernand Braudel argumenta que são dois os motivos que fizeram a tradição comercial da feira ultrapassar séculos. Sendo eles, “o frescor dos gêneros perecíveis que fornece, trazidos diretamente das hortas e dos campos das cercanias”, e pelos “seus preços baixos, pois esse mercado elementar, [...] é a forma mais direta, mais transparente de troca”<sup>16</sup>. Além disso, Braudel destaca a relevância das feiras e dos mercados, como espaços utilizados pelo homem para a troca e para vida social:

Frequentada em dias fixos, a feira é um natural centro da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem incidentes, depois processos reveladores de cumplicidade, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> MOTT, L.R. de B. *Op. cit.* p. 66-67.

<sup>16</sup> BRAUDEL, Fernand. **O jogo das trocas**. Civilização matéria, economia e capitalismo: século XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 15.

<sup>17</sup> *Op. cit.* p. 16.

Concordando com Braudel, Araújo<sup>18</sup> destaca que as feiras são lugares privilegiados, em que se desenvolve uma série de sociabilidades. As feiras são, muitas vezes, pontos de encontro de amigos, local elegido para os mais variados atos da vida social. Assim, enquanto centro de vivências sociais da comunidade, as feiras deixam suas marcas nas ruas dos centros urbanos, se configuram como um espaço de sociabilidade e afetividade e, por isso, mantêm um sentido de permanência no tempo e de identidade. Dessa forma, a partir do estudo das interações sociais que são construídas nesse lugar que é a Feira, buscamos entender sua relação com o desenvolvimento e com as transformações urbanas da cidade, bem como a construção da identidade de grupos.

---

<sup>18</sup> ARAUJO, Giovanna de Aquino Fonseca. *Op. cit.* p. 90.

## A TERRITORIALIDADE E A PAISAGEM DAS FEIRAS LIVRES

---

Neste tópico pretendemos discutir o conceito de territorialidade, território e paisagem, bem como relacionar essas definições às feiras livres. A paisagem cultural das feiras nos permite conceber o território de forma distinta do cotidiano. Esses eventos, com suas características singulares, transformam o espaço urbano das cidades, permitindo aos indivíduos inserir seus traços nesses lugares, seja pela sua forma de se expressar, seja pela maneira de sentir, locomover ou ocupar o espaço. Nesse sentido, ocorre a formação de uma paisagem diferenciada, que transmite diversas mensagens pela imagem, pelo cheiro, pelo sentir, pelas lembranças e pelo afeto. Logo, essas ações representam símbolos de apropriação do território, sendo a alteração dessa paisagem um dos principais resultados da territorialidade estabelecida.

Paul Claval<sup>1</sup>, em sua obra *A Geografia Cultural*, afirma que a paisagem pode ser entendida na sua relação com os dinamismos culturais. Nesse contexto, as concepções sobre paisagem compreendidas neste trabalho estão diretamente relacionadas às percepções humanas, ou seja, o foco de análise não será somente a interação do homem com a natureza, mas também, na forma como a paisagem foi percebida, interpretada e como os marcos e significados foram construídos nela. Para o autor supracitado, a paisagem pode ser também considerada um conjunto de memórias, significados, sentimentos presentes tanto no imaginário individual como no coletivo. A paisagem cultural expande o significado da fala do homem e expressa o seu ser, deixando de ser concebida apenas como um dado objetivo e passando a considerar os elementos que ultrapassam o olhar, como as sensações vividas e sentidas pelo observador. Assim, valoriza os aspectos subjetivos da relação das pessoas com o ambiente.

Por sua vez, Denis Cosgrove<sup>2</sup>, em sua obra *A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas*, elabora uma discussão sobre distintas abordagens do conceito de paisagem e afirma que o modo de concebê-la já não é mais o mesmo que predominou nos estudos clássicos de Geografia, pois o observador agora é compreendido como um ser carregado de emoções que interferem na leitura que ele faz do meio. A paisagem, portanto, pode ser entendida como um texto repleto de simbolismos e sujeito a distintas interpretações. Assim, qualquer intervenção humana

---

<sup>1</sup> CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999. p. 89.

<sup>2</sup> COSGROVE, Denis. *A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p.103

na natureza envolve sua transformação em cultura, apesar de muitas vezes essa transformação não estar visível, seja para um membro do grupo ou para um estranho.

Ademais, pressupondo que a paisagem é uma representação cultural, construída pelo imaginário dos atores sociais, faz-se necessário compreender quais são os atributos simbólicos que atuam na representação de um dado território. A partir disso, será possível identificar os elementos transmissores não apenas de memória e de identidade, mas de relações de sociabilidades, resistências, lutas e disputas dos/pelos espaços, símbolos e relações que marcam a territorialidade.

Dessa forma, não podemos reduzir as projeções da cultura na paisagem apenas nas questões estéticas e no campo material; é preciso considerar as diversas interpretações lançadas sobre ela, seja verbal, sentimental ou visual, que, tanto quanto a estética, são observadas no território. Consequentemente, ao pensarmos uma feira que acontece em determinada rua, devemos levar em consideração os elementos físicos formadores da paisagem, como as casas ao redor, a pavimentação da rua, as barracas, o estacionamento, etc. No entanto, não podemos restringir nossa observação a elementos materiais, pois é necessário identificar os elementos intangíveis, como a sonoridade, o cheiro, as cores, os olhares, a “falazada”, enfim, há muitas abstrações na paisagem.

Por oportuno, é importante salientar a perspectiva de Jean Marc Besse<sup>3</sup>, em seu livro *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*, especialmente o capítulo “A Fisionomia da Paisagem, de Alexander von Humboldt a Paul Vidal de La Blache”, sobre as dimensões da paisagem:

Mesmo sendo a paisagem uma dimensão do visível, esta paisagem é o resultado, o efeito, ainda que indireto e complexo, de uma produção. A paisagem é um produto objetivo, do qual a percepção humana só capta, de início, o aspecto exterior. Há como que um **“interior” da paisagem**, uma substância, um ser da paisagem que só deixa ver seu exterior. É, aliás, isto que dará, aos olhos de certos geógrafos, o limite da abordagem paisagística. Ao mesmo tempo, a intenção e a esperança científica do geógrafo consistem em tentar ultrapassar esta superfície, esta exterioridade, para captar a “verdade” da paisagem<sup>4</sup>.

Para Jean Marc Besse, perceber a paisagem de forma humanizada não se trata de negar o visível, mas de atribuir à paisagem uma experiência sensível. A paisagem seria, portanto, um conjunto de signos que se busca aprender a decifrar, num esforço de interpretação, que vai além da fruição e da emoção. Para esse autor, a paisagem é, de maneira geral, uma construção cultural e não um objeto físico; por isso, não deve ser confundida com o ambiente natural.

---

<sup>3</sup> BESSE, J. M. A Fisionomia da Paisagem, de Alexander von Humboldt a Paul Vidal de La Blache. In: BESSE, J. M. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Tradução: Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2006a. p. 61-62.

<sup>4</sup> *Ibid.* p. 65. (Grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, Ulpiano T. Bezerra de Menezes afirma que o homem e a paisagem são indissociáveis. Para esse autor, a identidade não é pressupor uma harmonia capaz de produzir, por sua própria força, unidade e solidariedade. Ao contrário, a instrumentalização da paisagem como vetor de identidade, muitas vezes, fez-se no conflito<sup>5</sup>. Uma característica importante de ser ressaltada no campo de estudo desses conflitos é a relação da cultura com o poder, retratando as relações de dominação e opressão que se reproduzem na paisagem estabelecendo as memórias de grupos dominantes para sociedade. Segundo Cosgrove:

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é, às vezes, chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade<sup>6</sup>.

Assim, no tocante às feiras, a paisagem, as memórias e as narrativas mostram esse aspecto interior, que se configuram nos traços peculiares de interpretação, nos conflitos e disputas que abarcam uma série de significados, sobretudo, um olhar sobre essa paisagem. Juliana Lopes Lelis<sup>7</sup>, em seu artigo *Vínculos de Sociabilidade e relações de trocas entre feirantes de Viçosa, MG*, afirma que a feira é um lugar que possui diferentes representações sociais e significados, uma vez que ali estão diversos tipos de sujeito. De acordo com a autora, as feiras fazem parte de aptidões culturais, pois se referem às tradições, aos costumes, aos hábitos e às formas comerciais antigas, que se destacam pela manutenção e reprodução das relações sociais. Para a referida autora, as relações de troca entre os comerciantes e seus fregueses, e as relações de confiança e reciprocidade entre eles, marcam as afinidades estabelecidas por esses grupos. Nesse sentido, grande parte das pessoas que frequentam a feira não busca nesse local apenas a compra de produtos, mas também um lugar de encontro.

Podemos observar que a paisagem urbana na qual estão inseridas as feiras produz opiniões variadas para o público que vivencia o seu cotidiano nesses espaços. A paisagem, ainda assim, pode ser percebida na harmonia entre os objetos articulados e interpretada por diferentes olhares. Os conceitos de paisagem, território e territorialidade se apresentam relevantes para a compreensão dos acontecimentos que emergem nesse evento, já que a feira é realizada em um território e, nesse, é constituída uma paisagem marcada pela territorialidade que se ali estabelece.

---

<sup>5</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002, p.36 e 41.

<sup>6</sup> COSGROVE, Denis. *op cit.*, p. 104-105.

<sup>7</sup> LELIS, J. L et al. *op cit.*, p. 06.

Para Marcelo Lopes de Souza, o território é “fundamentalmente definido e delimitado por e a partir de relações de poder”<sup>8</sup>, uma interpretação fortemente política. No entanto, não é apenas o território que pode ser concebido com a ideia de poder, mas também se deve compreender que o poder só se exerce com referência a um território. Para o referido autor, o poder é exercido em um grupo social com conexão a um espaço<sup>9</sup>. Assim, podemos dizer que o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”, que diz respeito tanto ao sentido concreto de dominação quanto ao sentido mais simbólico de apropriação.

Para Lefebvre<sup>10</sup>, a apropriação e a dominação do território possuem sentidos diferentes. A apropriação é um processo carregado de marcas do “vivido”, enquanto a dominação está vinculada ao valor de troca. Ora, a apropriação implica em ritmos de tempos, símbolos e práticas em um determinado território. Nesse contexto, a territorialidade se estabelece no local e, a partir de então, no cotidiano, onde as identidades dos grupos são construídas.

Marcos Aurélio Saquet<sup>11</sup>, em seu livro *Abordagens e concepções de território*, afirma que a territorialidade pode ser vista como o acontecer de todas as atividades cotidianas. Ela é múltipla e com isso os territórios também o são, revelando a complexidade social e as relações de domínio dos indivíduos. A territorialização significa que os atores sociais deixam suas marcas físicas e simbólicas sobre esse espaço. Sendo assim, será por meio da territorialidade que o espaço e, conseqüentemente, o território constituído terão suas identidades e os seus aspectos culturais, como símbolos e valores, que conectam os sujeitos e criam a sensação de pertencimento a um grupo.

Nesse sentido, Saquet afirma que a territorialidade “corresponde às ações humanas, ou seja, a tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar, ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”<sup>12</sup>. A territorialidade propõe ao indivíduo o sentido de pertencimento, a vivência, o que corresponde ao poder exercido envolvendo as relações econômicas e sociais, indivíduos e grupos. Dessa maneira, efetiva-se em todas as relações cotidianas e, por isso, a partir dela podemos pensar a identidade dos grupos. Isso acontece porque o indivíduo ou um determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, formaliza um território.

---

<sup>8</sup> SOUZA, Marcelo Lopes. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de et al. (orgs): **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 78.

<sup>9</sup> SOUZA, Marcelo Lopes. **Os Conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2018. p. 87.

<sup>10</sup> LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 1974. p. 411 e 412

<sup>11</sup> SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 129.

<sup>12</sup> SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M; SPOSITO, E. **Território e territorialidades, teorias processos e conflitos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 82.

Nesse caso, o espaço se torna um território desde que seja ocupado por uma relação social de comunicação, no qual seus atores se concentram e vivenciam-no em um determinado período de tempo. Para Raffestin, em seu livro *Por uma geografia do poder*, a territorialidade reflete “a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade”<sup>13</sup>. Assim, no caso das feiras, para formalizar-se ali um território, é necessário que os atores sociais apoderem do local, seja ele uma rua ou uma avenida. Mas, para que este território possa existir como tal, é necessário um esforço constante dessas pessoas para a sua instalação e manutenção ao longo do tempo. Dessa forma, Raffestin acrescenta ainda que a territorialidade pode ser definida como:

(...) um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem<sup>14</sup>.

Para Raffestin, o território é uma produção a partir do espaço construído pelo homem, logo, toda construção da realidade é instrumento de poder. O sistema territorial é conformado por representações territoriais, e essas representações são baseadas nos atores que territorializam e fazem parte desta representação, os quais produzem o território e formam a territorialidade.

Diante do exposto, verificamos que as feiras perpassam por problematizações acerca do território e da territorialidade, originados das disputas pelo espaço e da memória coletiva. As feiras tomam posse dos espaços públicos, sejam ruas ou avenidas, praças, e instalam ali contatos comerciais e afetivos. Essas relações, muitas vezes, não são bem-vistas e aprovadas por quem está de fora, ou tem interesse diferente ao uso do espaço.

Para Ana Fani Carlos<sup>15</sup>, em seu livro *O lugar no/do mundo*, a feira dá à rua um sentido de mercado, aquele vinculado à troca com destino, que reúne pessoas e ocupa as calçadas com os camelôs. Logo, estamos tratando de uma mudança de nicho de mercado quando a feira é alocada em outra localidade, e, por isso, a preocupação dos feirantes com suas vendas e sobrevivência de seus negócios. Assim, é possível perceber que o processo de territorialização ou desterritorialização do espaço público envolve sempre as relações de poder, tensão e conflitos sobre o pertencimento e disputas relacionadas a quem tem ou não direito a territorialidade.

Entretanto, podemos pensar que esses atores sociais estão sempre sujeitos à coerção em relação a essa territorialidade, sobretudo, por não serem proprietários das áreas. Apesar disso, eles ocupam esses espaços públicos, transformando-os de uma rua ou avenida comercial em um espaço

---

<sup>13</sup> RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 158.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p.159

<sup>15</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur edições, 2007b. p. 53.

de lazer, um ponto de encontro, um local de trabalho. Todas essas dinâmicas advêm da complexidade dos interesses das pessoas que territorializam determinado espaço. Ana Fani Carlos discute, ainda, que o ato de territorializar é apenas uma das tantas atividades que a sociedade exerce sobre o espaço que, muito embora seja alvo da normatização e conseqüente privatização, deixa brechas para que também se possa, através dele, “vislumbrar a possibilidade de pensar o homem por inteiro em sua dimensão humana e social que se abre também para o imprevisto, criando cada vez mais novas possibilidades de resistir/intervir no mundo de hoje”<sup>16</sup>.

Assim, podemos verificar que as paisagens do nosso cotidiano estão cheias de significados. No caso da feira, a paisagem é carregada de um sentimento de pertencimento, resistência, luta e disputa de espaço que se instala na sociedade, que marca a territorialidade. Essa forma de mercado, que é a feira, resiste ao tempo e aos conflitos, graças ao esforço de feirantes que praticam o ofício seja por tradição familiar, pelos desdobramentos de significados que a feira remete a comunidade, seja para geração de renda e sustento de famílias.

Nesse sentido, Milton Santos traz o conceito dos “homens lentos”<sup>17</sup>, se referindo àqueles habitantes das grandes cidades que, em suas práticas do cotidiano, resistem contra as condutas impostas pela globalização e pelo capitalismo, muitas vezes situada no uso de espaços públicos. O autor se refere à lentidão como um elemento de resistência e, para ele, a força é dos lentos e não dos que detêm a velocidade. Essa marca da resistência é típica das questões que envolvem as relações de poder. Nas diversas formas de dominação presentes nas relações sociais, em se tratando das feiras, que é um movimento social organizado, esses atores sociais carregam essa marca da resistência por ocuparem o território e defenderem seu espaço nas ruas e avenidas das cidades.

---

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.13

<sup>17</sup> SANTOS, Milton. *Metrópole. A força dos fracos é seu tempo lento*. In: **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p. 80.

## A FEIRA ENQUANTO LUGAR

O conceito de lugar é essencial para compreendermos a feira como um espaço cultural e social, já que o lugar se relaciona com as ideias de memória, identidade, sociabilidade e afetividade. As vivências do lugar vão se configurando em memória, seja individual ou coletiva, dando significado aos lugares. Nos lugares, as pessoas deixam marcas e sinais, constituindo-os como locais carregados de significados. Essa apropriação simbólica e afetiva do espaço foi desenvolvida consistentemente por Yi-Fu Tuan. Para este autor, o lugar é, muitas vezes, utilizado como sinônimo de território, através da “topofilia”, que significa o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. Para Tuan, o lugar tem o significado de uma localização de lealdade apaixonada, de definição e significado<sup>1</sup>.

Para Marcelo Lopes de Souza<sup>2</sup>, território e lugar são conceitos distintos, ainda que no senso comum possam ser tratados como sinônimo. O poder se coloca em primeiro plano no conceito de território; já o conceito de lugar está mais relacionado ao das identidades, trocas simbólicas e intersubjetividades envolvidas na construção de sentidos e imagens sobre o lugar, que é considerado como espacialidade vivida e percebida, dotada de significado.

Por muito tempo, o lugar foi analisado na Geografia a partir da perspectiva de local, região e espacialidade, ideia especialmente representada na teoria do geógrafo francês Vidal de La Blache, designando uma simples referência de localização em sentido escalar, sem muita intencionalidade do que está implicado na compreensão desse termo. Entretanto, com as especificidades e a complexidade do mundo atual, os lugares não mais se limitam a essa análise, mas convivem dialeticamente com realidades do mundo que se materializam nos diferentes lugares devido à globalização da economia.

De acordo com Souza, apesar da existência de várias acepções da palavra “lugar” em que se considere o âmbito da conceituação socioespacial, há um sentido que vem se afirmando mais especificamente a partir da década de 1970 e que será abordado nesta pesquisa: “O lugar como um espaço percebido e vivido dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os sentidos de ‘lugar’ e as ‘imagens de lugar’”<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980. p.5.

<sup>2</sup> SOUZA, M. L. **Os Conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2018. p. 115.

<sup>3</sup> **Ibid.** p. 114.

Nas experiências socioespaciais, por meio das vivências de cada lugar, as construções geográficas vão se configurando como memória que se constrói coletivamente, dando expressão aos lugares. Historicamente, a necessidade de marcar os lugares e deixar sinais que permitissem ao ser humano voltar, bem como estabelecer relação entre o lugar e a experiência vivida ali, além de traçar caminhos para diferentes lugares, dá origem à necessidade de elaborar mapas e outras representações cartográficas. O lugar, portanto, relaciona-se à própria configuração histórica da Geografia como prática social, como necessidade humana.

Nesse contexto, percebemos o lugar como a articulação entre as relações sociais estabelecidas entre as pessoas e os elementos que compõem esse espaço, e não como uma localização física ou representação cartográfica. Dessa forma, podemos dizer que o lugar é um espaço fundamental para construção da sociabilidade e de extrema relevância social. Assim, segundo Milton Santos, lugar é “condição e suporte das relações globais”<sup>4</sup>. Ana Fani Alessandri Carlos complementa, afirmando que lugar é:

Produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida<sup>5</sup>.

As feiras enquanto espaço físico imbuído de significado cultural e social são um produto das relações humanas e são marcadas por memórias, pelo lugar vivido, ou por elementos que proporcionaram vivências e experiências marcantes, cultivadas na memória: sejam eles as mercadorias comercializadas, a prática comercial, a relação das pessoas ou aquilo que passa despercebido, mas que faz parte do cotidiano da feira. Podem até mesmo ser marcadas também pelo invisível, como afirma Michel Certeau, em seu livro *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, pois, muitas vezes, “o que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível (...)”<sup>6</sup>.

A música gravada por Luiz Gonzaga, em 1957, “A feira de Caruaru”<sup>7</sup>, traz uma reflexão importante sobre as mercadorias comercializadas na feira. A letra da canção diz em seu refrão que “De tudo que há no mundo nela tem para vender”, e esse “tudo” é que ativa esse lugar de memória. “Tudo” se encontra ali: as comidas consideradas típicas, as tradições e as mercadorias que fazem as pessoas voltarem às suas lembranças de infância ou de algum momento vivido, ou seja, lembram de

---

<sup>4</sup> SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 7ªed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2005. p. 156.

<sup>5</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Op. cit.*, 2007a. p. 22.

<sup>6</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.31

<sup>7</sup> ALMEIDA, Onildo. **A feira de Caruaru**. Intérprete: Luiz Gonzaga. 1957.

algo esquecido (rememoram). Esses lugares de memórias, conceito utilizado por Pierre Nora<sup>8</sup>, assumem importantes significados por fazerem parte da construção da memória coletiva e da identidade social de um grupo. Assim, temos que a sociedade não se constrói apenas pela natureza orgânica, mas pelas suas memórias.

Até a instalação dos mercados e redes de supermercados nas cidades, as feiras funcionavam como central de abastecimento. Com a vinda e crescimento dos mercados, elas passam a ser consideradas como uma forma anacrônica do varejo. Apesar disso, vemos que a permanência das feiras no tempo fez com que elas adquirissem outros significados para além do que elas foram concebidas, como, por exemplo, lugar de encontro, troca de saberes e lazer. Mateus de Moraes Servilha e Sheila Maria Doula, no artigo *O Mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras*<sup>9</sup>, afirmam que as feiras, da mesma forma que os mercados municipais, são espaços de enorme importância para a vida social e cultural, em especial nas cidades de pequeno porte, como um lugar, entre outras coisas, de reprodução de relações e práticas sociais; construção de valores comunitários; formação, e ao mesmo tempo encontro, de diferentes grupos sociais; manifestações de artistas populares (como escritores de cordel, sanfoneiros e violeiros); encontro de famílias de diferentes comunidades rurais (que muitas vezes podem se ver apenas nos dias de feira); confraternização entre trabalhadores(as) rurais aposentados(as); trocas de produtos sem atravessadores; e vida comercial estruturada no sentimento de ajuda mútua (mais do que no de concorrência). Nesse sentido, podemos entender que a feira é um lugar a partir do qual podemos pensar a cidade, o cotidiano da população, as relações sociais a produção e o excede, a cultura, a culinária e as tradições.

Já Moraes e Araújo, no artigo denominado *Territorialidades e sociabilidades tecidas na feira livre da cidade de Caicó*, destacam as feiras como lugar de sociabilidades vivenciadas que se levanta em meio ao cotidiano da população, reproduzindo as interações sociais e capitalistas. Para esses autores, é no cotidiano da população que se instalam as feiras, trazendo tradições passadas e um lugar de sociabilidade que difere do ambiente ao redor, ora remetendo ao passado, ora perpetuando traços socioculturais:

---

<sup>8</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 13.

<sup>9</sup> SERVILHA, Mateus de Moraes; DOULA, Sheila Maria. O Mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. **Revista Faz Ciência**, v. 11, n. 13, 2009. p. 141.

Nesses espaços das conversas, das tradições, dos encontros, das transgressões, das experiências, das compras, vendas e permutas, das jocosidades, das performances corporais e orais, enfim, das cores, odores e sonoridades que se misturam e se dissolvem, inúmeras pessoas efetuam as reproduções sociais e capitalistas da vida cotidiana. Dessa maneira, a feira se institui, antes de tudo, em um espaço de mobilidades comerciais e sociais onde, por meio das diversificadas dinâmicas, ergue-se uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos<sup>10</sup>.

Por se tratar de um espaço público aberto, a feira também é palco para manifestações públicas e apresentações culturais de grupos diversos. Se, por um lado, os feirantes zelam pela feira por uma questão econômica e de sobrevivência, por outro, há também aqueles que ocupam a feira para fomentar atividades socioculturais e educativas.

---

<sup>10</sup> MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. **Territorialidades e Sociabilidades na Feira Livre da Cidade de Caicó (RN)** - Instituto de Geografia da UFRN, 2006. p. 267. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15406/8704>. Acesso em: 23 set. 2020.

## MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA

Ao analisar as questões referentes à memória, Pierre Nora destaca que “a memória enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”<sup>1</sup>. Essa perspectiva nos permite compreender que a memória não existe de forma abstrata ou isolada: ela necessita de ancoragens materiais e simbólicas para se manifestar. O lugar, portanto, assume um papel essencial na propagação da memória.

Além disso, Nora destaca também a importância dos sujeitos para a transmissão dessas memórias: “menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória”<sup>2</sup>. Para criar e recriar a memória, é necessária a atuação dos atores sociais. Nessa dinâmica, a memória está constantemente se formando e evoluindo. O sujeito é o responsável pela transmissão dessas memórias, que em alguns momentos são lembradas e em outros, esquecidas. A seleção ocorre de acordo com os interesses, as relações de poder e os sentimentos de pertencimento que cercarem as questões do momento. Dessa forma, a memória é objeto e instrumento de luta social e sedia diversos interesses de grupos em detrimento de outros.

A memória tem uma natureza fundante na identidade individual construída e legitimada no cotidiano. As disputas de memórias têm um apelo forte nas apropriações patrimoniais, e assim a memória satisfaz a exigência de distinção social.

Para Maurice Halbwachs<sup>3</sup>, as memórias são construídas pela experiência e vice e versa. A experiência é uma relação que se constrói com o externo. Nessa relação, tanto a memória quanto a experiência seguem se reformulando, se transformando à medida que são vividas. A memória é uma representação do passado e, como tal, ela é consciente. Logo, a memória só é memória se formos capazes de transmitir e narrar aos outros. A posição do indivíduo é particular e no grupo essa experiência converge para um ponto comum. Duas premissas são colocadas pelo autor: a primeira é que raramente as pessoas participam do mesmo grupo ao mesmo tempo e a segunda é de que a participação no interior dos grupos muda de acordo com o indivíduo. As lembranças podem pertencer a um mesmo grupo, ligadas uma a outra e apoiadas de certo modo uma sobre a outra.

<sup>1</sup> NORA, Pierre. *Op. cit.*, p. 9.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>3</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva e a memória individual. *In: A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2005. p. 33.

Nesse sentido, Tzvetan Todorov<sup>4</sup> destaca que a memória tem uma dimensão libertadora e, ao mesmo tempo, opressora, a depender do uso da seletividade. Para o autor, a memória é um fenômeno de luta, sendo evidente que grupos e Estados são capazes de esconder a memória dentro de um campo social de memória. O bom uso dela depende da disposição com o passado, pois a memória tem um lugar de justificativa da vida moderna.

Paul Ricoeur<sup>5</sup>, por sua vez, analisa que a memória coletiva tem uma força fundamental para construção da identidade. Segundo esse autor, a identidade coletiva atua em nós individualmente, e isso nos mostra a força que o patrimônio tem para servir como movimento econômico e social. A memória coletiva é um dos alicerces da identidade, portanto, não basta que um discurso seja considerado autêntico apenas no caráter pessoal; ele necessita também de uma confirmação social. A memória é fruto de uma ação intencional e fornece a identidade. Nesse âmbito, a memória traumática muitas vezes está silenciada atuando no subterrâneo<sup>6</sup>. A cultura marca as semelhanças e diferenças entre os indivíduos e a identidade dos grupos passa a ser pensada por meio dessas referências, que são construídas e selecionadas pelos atores sociais.

Para Joel Candau<sup>7</sup>, a identidade é uma construção social que, de uma certa maneira, sempre está acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o outro. Assim, a cultura enquanto parte dessa construção social está relacionada com toda e qualquer ação humana sobre a natureza, logo, a experiência vivida pelos indivíduos são, portanto, resultado e produtos dessas ações. Dessa forma, a cultura pode ser vista sob diversos aspectos, desde o econômico até o social e o político. Por isso, possui diversas dimensões conceituais.

Nessa perspectiva, é importante discutir o conceito de cultura proposto pelo antropólogo Clifford Geertz. Para ele, a cultura é uma teia de significados tecida pelo homem e que orienta a existência humana. Essa teia se refere a um sistema de símbolos que interage com os indivíduos em uma ação recíproca. Conhecer o homem e a cultura é buscar compreender essa teia de significados, a qual orienta o modo de pensar, sentir e agir. Assim, não há consenso dentro da cultura, podendo haver grupos que interpretam o mundo de forma diferente. Outrossim, Geertz define cultura como:

(...) um sistema ordenado de significados e símbolos em cujos termos os indivíduos definem seu mundo, revelam seus achados e fazem seus julgamentos, **um padrão de significados, transmitidos historicamente**, incorporados em formas simbólicas por meio dos quais os homens comunicam-se, perpetuam-se, desenvolvem seu

---

<sup>4</sup> TODOROV, Tzvetan. **Abusos da memória**. Espanha: Ariela, 1995. p. 26.

<sup>5</sup> RICOEUR, Paul. Memória pessoal, memória coletiva. In: **A memória, história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p.105-150.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 108

<sup>7</sup> CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, 2009-2010, p. 45.

conhecimento sobre a vida e definem sua atitude em relação a ela<sup>8</sup>.

Para o autor, a cultura está constantemente em construção, perpetuando-se e desenvolvendo-se; logo, cabe aos atores sociais elaborarem os significados culturais. Vale ressaltar que, por existir trocas entre as culturas, elas estão sujeitas a alterações, e a conviver com as diferenças, de modo que o consenso dentro da cultura, portanto, não é unânime. É no cotidiano da sociedade que a cultura se manifesta, com todas as suas normas, regras e leis, comportamentos e valores. Verificamos, assim, que é a cultura o que nos permite diferenciar os grupos sociais.

A partir desse conceito de cultura é possível analisar as feiras como manifestação de um grupo social, bem como assimilar o processo de trocas culturais que acontece nesses lugares. As feiras livres, por serem consideradas parte da cultura popular, constituem-se um espaço de resistência cultural às consequências do processo de globalização. Apesar de existirem outras formas de mercado, a feira permanece na memória dos indivíduos revelando a sua importância para a sociedade, seja pelo seu significado cultural, seja pelo social ou de utilidade pública. As feiras, enquanto cultura popular, conferem vida às ruas e avenidas da cidade, e fazem parte do cotidiano da comunidade, sobrevivendo à dinâmica da cidade contemporânea.

Michel de Certeau considera, em seu livro *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*, que “para que haja cultura não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”<sup>9</sup>. Dessa forma, podemos dizer que toda atividade humana pode ser cultura, mas ela não é necessariamente reconhecida como tal se não houver significado para aqueles que a realizam. É importante observar os significados que a Feira tem para seus atores sociais, bem como as identidades que são construídas e legitimadas no seu cotidiano - nesse lugar social a partir do qual podemos pensar a cultura local.

Por fim, Michel Pollak<sup>10</sup> nos alerta para o caráter hegemônico da memória, resultado de disputas pelo sentido do passado. As feiras, como locus de sociabilidade e de representação cultural, são também arenas de disputas simbólicas em torno da memória coletiva. As lembranças compartilhadas em torno da feira ajudam a sustentar a identidade local e a narrar uma história coletiva que articula tradição, resistência e pertencimento. Ao permitir que os sujeitos se situem historicamente, essas memórias tornam-se referências simbólicas fundamentais para a continuidade e a reinvenção das identidades sociais.

---

<sup>8</sup> GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. p. 50. (Grifo nosso).

<sup>9</sup> CERTEAU, Michel. *Op cit.*, p.142,

<sup>10</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3.

- ALMEIDA, Onildo. **A feira de Caruaru**. Intérprete: Luiz Gonzaga. 1957.
- ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Continuidade e descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)**. 2011. 700 f. Tese (Doutorado em Idade Contemporânea – Universidade do Minho e Doutorado em História Social – Universidade Federal da Bahia, regime de co-tutela) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade do Minho e Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Braga, 2011.
- BESSE, Jean-Marc. **A fisionomia da paisagem, de Alexander von Humboldt a Paul Vidal de La Blache**. In: \_\_\_\_\_. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Tradução: Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 61-62.
- BÍBLIA. Português. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.
- BRAUDEL, Fernand. **O jogo das trocas**. In: \_\_\_\_\_. **Civilização matéria, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CANDAU, Joel. **Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 43-58, 2009-2010.
- CARDINI, Franco. **O guerreiro e cavaleiro**. In: LE GOFF, Jacques (org.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.
- COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 92-123.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva e a memória individual**. In: \_\_\_\_\_. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2005.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Do Dossiê de Registro: Feira de Caruaru**. Brasília: IPHAN, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LELIS, Juliana Lopes. **Territórios da informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa, MG**. 2011. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A paisagem como fato cultural**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 36-41.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. **Territorialidades e sociabilidades na feira livre da cidade de Caicó (RN)**. Revista do Instituto de Geografia da UFRN, v. 23, n. 17, p. 244-249, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15406/8704>. Acesso em: 23 set. 2020.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco**. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução: Neil R. da Silva. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAZERRA JR, Eduardo. **A feira de Itabaiana – PB: permanência e mudança**. 2003. 194 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. 6. ed. São Paulo: MestreJou, 1982.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTEILA, Oswaldo. **Vocabulário etimológico básico do acadêmico de letras**. Letras, Curitiba, v. 33, p. 103-119, 1984. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/download/19320/12605>. Acesso em: 9 out. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, Paul. **Memória pessoal, memória coletiva**. In: \_\_\_\_\_. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **Metrópole. A força dos fracos é seu tempo lento.** In: \_\_\_\_\_. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SERVILHA, Mateus de Moraes; DOULA, Sheila Maria. **O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras.** Revista Faz Ciência, v. 11, n. 13, p. 123-142, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **Abusos da memória.** Espanha: Ariela, 1995.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia.** São Paulo: Difel, 1980.

REALIZAÇÃO:

**SEVEN**  
publicações acadêmicas

ACESSE NOSSO CATÁLOGO!



[WWW.SEVENPUBLI.COM](http://WWW.SEVENPUBLI.COM)

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.